

DA FÁBRICA DE CARTUCHOS AO PARQUE REALENGO

Mobilização social e disputa territorial
na Zona Oeste do Rio de Janeiro

EIXO TEMÁTICO 03: Representações, Memória e Preservação do Urbano

OLIVEIRA, Camila Silva de

Mestre; Universidade de São Paulo

camila.s.oliveira@usp.br

RESUMO

Em junho de 2024 foi inaugurado o Parque Realengo Susana Naspolini, na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Apesar da divulgação entusiasmada da prefeitura, sua concretização resulta de uma reivindicação histórica dos moradores do bairro pela destinação pública de uma área remanescente da antiga Fábrica de Cartuchos do Exército Brasileiro. A desativação da fábrica, em 1977, deixou uma ampla área ociosa em um bairro marcado por alta densidade populacional, elevadas temperaturas e histórico déficit de áreas verdes e de lazer. Este artigo analisa a trajetória de disputa em torno dessa área e os agentes envolvidos. De um lado, movimentos e iniciativas sociais que reivindicavam a criação de um parque ecológico e a preservação da memória associada ao antigo complexo industrial. De outro, o Exército, que planejava construir um condomínio residencial para militares, e a administração municipal, que por anos autorizou o descarte de resíduos sólidos no terreno. Argumenta-se que o Parque Realengo evidencia um caso exemplar de disputa territorial periférica, no qual instrumentos como o tombamento, a mobilização cultural e as reivindicações socioambientais foram acionados para contestar a destinação da área, defender a história do bairro e afirmar o direito da população de intervir nos rumos de seu território.

Palavras-chave: patrimônio histórico; parques urbanos; movimentos sociais; justiça climática; conflito fundiário.

PENSAR FORA DO EIXO

ABSTRACT

In June 2024, Parque Realengo Susana Napolini was inaugurated in the West Zone of Rio de Janeiro. Despite the enthusiastic promotion by the municipal government, its realization results from a long-standing demand by local residents for the public use of a remaining area of the former Cartridge Factory of the Brazilian Army. The factory's closure in 1977 left a large idle area in a neighborhood marked by high population density, elevated temperatures, and a historical shortage of green and leisure spaces. This article analyzes the trajectory of disputes surrounding this area and the agents involved. On one side were social movements and community initiatives advocating for the creation of an ecological park and the preservation of the memory associated with the former industrial complex. On the other were the Army, which planned to build a residential condominium for military personnel, and the municipal administration, which for years authorized the dumping of solid waste on the site. The article argues that Parque Realengo reveals an exemplary case of peripheral territorial dispute, in which instruments such as legal heritage protection, cultural mobilization, and socio-environmental claims were mobilized to challenge the intended use of the land, defend the history of the neighborhood, and affirm the population's right to intervene in the future of their territory.

Keywords: historical heritage; urban parks; social movements; climate justice; land conflict.

RESUMEN

En junio de 2024 fue inaugurado el Parque Realengo Susana Napolini, en la Zona Oeste de la ciudad de Río de Janeiro. A pesar de la entusiasta divulgación de la alcaldía, su concreción resulta de una reivindicación histórica de los habitantes del barrio por la destinación pública de un área remanente de la antigua Fábrica de Cartuchos del Ejército Brasileño. El cierre de la fábrica, en 1977, dejó una amplia área ociosa en un barrio marcado por alta densidad poblacional, temperaturas elevadas y un histórico déficit de áreas verdes y de ocio. Este artículo analiza la trayectoria de disputa en torno a esta área y los agentes involucrados. Por un lado, movimientos e iniciativas sociales que reivindicaban la creación de un parque ecológico y la preservación de la memoria asociada al antiguo complejo industrial. Por otro, el Ejército, que planeaba construir un condominio residencial para militares, y la administración municipal, que durante años autorizó el vertido de residuos sólidos en el terreno. Se argumenta que el Parque Realengo evidencia un caso ejemplar de disputa territorial periférica, en el que instrumentos como la protección legal del patrimonio, la movilización cultural y las reivindicaciones socioambientales fueron activados para cuestionar la destinación del área, defender la historia del barrio y afirmar el derecho de la población a intervenir en los rumbos de su propio territorio.

Palabras clave: patrimonio histórico; parques urbanos; movimientos sociales; justicia climática; conflicto fundiario.

INTRODUÇÃO

A inauguração do Parque Realengo Susana Napolini, em junho de 2024, marcou a materialização de uma reivindicação histórica dos moradores do bairro de Realengo, na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. Implantado em um dos três terrenos onde, de 1898 a 1977, funcionou a Fábrica de Cartuchos e Artíficos de Guerra do Exército Brasileiro, o parque ocupa atualmente uma área de cerca de 76 mil metros quadrados. Ao longo das últimas décadas, esse terreno esteve no centro de embates entre o Exército, que tinha planos de construir um condomínio residencial, e movimentos comunitários, que defendiam sua destinação integral como espaço público e ambiental. A consolidação do equipamento urbano, ainda que parcial, não encerra o conflito que o originou; pelo contrário, evidencia os sentidos em disputa quando se reivindica um parque em um território periférico.

Após quase oito décadas de funcionamento, a desativação da fábrica, em 1977, criou uma ampla área ociosa, cuja condição fundiária singular o converteu em reserva estratégica de solo em uma região densamente ocupada. Enquanto os moradores vislumbraram nas áreas militares ociosas um potencial uso em prol do interesse coletivo, a partir dos anos 2000, a possibilidade de se implantar um empreendimento habitacional no antigo terreno da Fábrica de Cartuchos elevou a reivindicação pela área à máxima potência. Ao tombamento efetivado no início dos anos 1990, mobilizado pelos moradores como estratégia na disputa, irá se somar um repertório de ações que incluirão articulações político-legislativas e ocupações artísticas e culturais como ação direta sobre o território.

Realengo figura entre os bairros mais populosos da cidade e apresenta uma configuração socioespacial marcada pela forte presença de terras sob domínio militar, pela urbanização acelerada ao longo do século XX e por déficits históricos de infraestrutura e áreas verdes e de lazer. Situado entre os maciços da Pedra Branca e do Mendanha, o bairro se desenvolveu em um vale cuja morfologia contribui para a baixa circulação de ventos e a retenção de calor, produzindo temperaturas elevadas que se agravam com a intensa impermeabilização do solo, com a alta densidade construtiva e a escassez de arborização urbana (Agenda Realengo 2030, 2022; Alves, 2015). Essa condição ambiental não é secundária: ela compõe o pano de fundo material sobre o qual o conflito em torno da área da antiga fábrica ganha força política.

Ao examinar essa trajetória, o artigo sustenta que o Parque Realengo evidencia um caso exemplar de disputa territorial periférica em que diferentes iniciativas — como o tombamento, a mobilização

cultural e a reivindicação ambiental — foram acionadas para contestar a destinação de uma área militar ociosa. Ainda que o tombamento tenha produzido resultados limitados, a mobilização social foi capaz de reconfigurar os sentidos atribuídos ao território, articulando memória local, reivindicação ambiental e produção cultural para afirmar o direito à cidade e produzir uma centralidade urbana fora dos eixos tradicionais da metrópole.

Neste contexto, o artigo reconstrói a formação militar do território, analisa a transformação do complexo fabril em uma área subutilizada e discute como o tombamento, as iniciativas comunitárias e as ocupações culturais foram mobilizados pelos movimentos sociais atuantes no bairro como instrumentos de disputa territorial.

1. O EXÉRCITO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM REALENGO

Antes de examinar a mobilização em torno dessa área, é preciso reconhecer que o terreno convertido em parque não era fruto do abandono, mas um produto histórico de uma política territorial de Estado que influenciou a configuração urbana do Rio de Janeiro e, em especial, da sua zona oeste. Desde o século XIX, e com maior intensidade na primeira metade do século XX, as instituições militares atuaram como agente estruturante do espaço urbano carioca, produzindo grandes edificações e estruturas fundiárias, redefinindo usos do solo e condicionando a expansão da mancha urbana.

Na condição de capital do Império e, posteriormente, da República, o Rio de Janeiro concentrava funções estratégicas do Estado e abrigava parte significativa das tropas e das instituições militares do país. A modernização e a profissionalização do Exército ao longo do século XIX exigiam áreas amplas para exercícios de tiro, manobras e implantação de estabelecimentos fabris, funções que já não encontravam condições adequadas nos quartéis situados na área central da cidade. Por este motivo, o poder público passa a destinar parte das terras da zona oeste ao Ministério da Guerra, inaugurando um processo de territorialização militar que transformaria profundamente a região e que respondia às necessidades técnicas e estratégicas decorrentes da reorganização institucional das Forças Armadas (Fernandes, 2006; Viana, 2016).

A escolha não foi casual. No início do século XIX, as terras que hoje compõem o bairro de Realengo estavam majoritariamente destinadas a atividades agropastoris, apresentando baixa densidade populacional e extensas glebas contínuas. Além da disponibilidade de amplas áreas pouco urbanizadas, sua localização ao longo do ramal ferroviário da Estrada de Ferro Central do Brasil,

inaugurado em 1858, foi fator considerado estratégico para a circulação de tropas, armamentos e materiais bélicos (Viana, 2016).

A instalação da Escola Geral de Tiro do Campo Grande, inaugurada em 1859, marcou o início da ocupação sistemática dos campos de Realengo para fins de instrução militar (Viana, 2009). Pouco depois, consolidou-se a transferência do Arsenal de Guerra da Corte para a região, que antes mesmo do seu funcionamento, foi adaptada para abrigar a Fábrica de Cartuchos (Viana, 2016). Paralelamente, a reorganização do ensino militar levou à transferência progressiva da Escola Militar para Realengo a partir de 1905, com funcionamento pleno entre 1913 e 1944, implicando a construção de novos pátios, alojamentos, refeitórios, depósitos, residências para oficiais e equipamentos de apoio (Viana, 2010).

A expansão não se limitou ao núcleo de Realengo. A partir de 1908, iniciou-se a implantação da Vila Militar de Deodoro, nas terras da antiga Fazenda Sapopemba, ampliando a presença do Exército em direção a áreas contíguas. Em 1913, a aquisição da antiga Fazenda dos Afonsos viabilizou a instalação da Escola de Aviação Militar, núcleo formador da futura Aeronáutica, introduzindo novas funções estratégicas e reforçando o caráter especializado do território (Viana, 2009). Como observa Fernandes (2006), a concentração de unidades militares no Rio de Janeiro, particularmente na primeira metade do século XX, conferiu à cidade, e à Zona Oeste em especial, uma configuração singular, marcada por grandes áreas sob domínio das Forças Armadas e por uma lógica espacial relativamente autônoma em relação ao tecido urbano circundante.

Em Realengo, essa sobreposição entre instalações de ensino, produção bélica e moradia militar consolidou um padrão de ocupação extensiva e fragmentada, frequentemente distanciada do entorno civil, cujos efeitos fundiários e morfológicos permanecem como condição estruturante dos embates contemporâneos em torno do uso dessas terras. Assim, a mancha urbana do Rio de Janeiro, que já é bastante extensa e descontínua em razão da presença dos Maciços da Tijuca e da Pedra Branca, se expande e se fragmenta ainda mais por força desses espaços militares que excluem ou não podem conviver com outras formas de uso e de ocupação do solo e que têm uma grande força de permanência, num certo sentido, comparável à das instituições religiosas e seus edifícios (Fernandes, 2006).

2. DA FÁBRICA À TERRA OCIOSA

PENSAR FORA DO EIXO

É nesse contexto de reorganização institucional e deslocamento das funções militares para a zona oeste que se insere a implantação da Fábrica de Realengo – uma localização que oferecia simultaneamente distância relativa do núcleo urbano consolidado, disponibilidade de terra e condições para atividades perigosas. Localizada em frente à antiga estrada de Santa Cruz (hoje avenida), em 1874 inicia-se a construção da unidade fabril, em cerimônia que contou com a presença do então imperador Dom Pedro II para o lançamento da pedra fundamental (Viana, 2016).

Sua instalação decorre da decisão de transferir o Arsenal de Guerra da Corte — fundado em 1764 e localizado na área central da cidade — cujas instalações já não atendiam às exigências técnicas e produtivas do Ministério da Guerra. A construção da nova sede, iniciada em 1874, destinava-se originalmente ao Arsenal; contudo, optou-se por adaptar o edifício para abrigar uma fábrica de cartuchos do tipo Mauser, em consonância com o processo de modernização do Exército. Em 1899, a fábrica passa a incorporar o antigo Laboratório Pirotécnico do Campinho, também localizado em Realengo, mas que teve seu funcionamento inviabilizado por uma explosão. A fusão reuniu equipamentos, pessoal especializado e diferentes atividades até então exercidas separadamente em uma única unidade, oficialmente denominada Fábrica de Cartuchos e Artíficos de Guerra. Sucessivamente, essa denominação foi alterada para Fábrica de Cartuchos e Artefactos de Guerra em 1911, Fábrica de Cartuchos de Infantaria em 1933 e, finalmente, Fábrica do Realengo em 1939 (Brasil, 1897, p. 33–34; Viana, 2016). Este artigo adota a nomenclatura “Fábrica de Cartuchos” por ser a mais comum e amplamente utilizada pelos movimentos sociais, blogs e matérias veiculadas na mídia.

Já nos primeiros anos foram relatadas restrições orçamentárias e insuficiência de mão de obra que, por sua vez, foram enfrentadas por estratégias que evidenciavam hierarquias sociais e assimetrias do trabalho industrial: contratação de mulheres para a operação de máquinas por receberem salários inferiores aos dos homens e uso de crianças de 8 a 10 anos na condição de aprendizes, prática proibida apenas em 1914, quando se estabelece idade mínima de 15 anos, por meio do Decreto nº 10.783, de 25 de fevereiro de 1914¹ (Brasil, 1914; Viana, 2016, p. 57).

Ao longo do século XX, o aumento de verbas amplia significativamente a capacidade produtiva e possibilita a expansão da fábrica, reforçando seu papel como polo estruturante do bairro. No início da década de 1910, durante o governo Hermes da Fonseca, o Ministério da Guerra adquire um

¹ Art. 3º do Capítulo VIII, do Decreto nº 10.783 de 25 de fevereiro de 1914 - Aprova o regulamento para a Fábrica de Cartuchos e Artefactos de Guerra. Disponível em Anexos A.

PENSAR FORA DO EIXO

segundo terreno de pouco mais de 18.000 m², contíguo à área existente, voltado ao Campo de Marte, praça central da localidade. Em 1923, no pós-Primeira Guerra, a fábrica é novamente expandida, ocasião em que o terreno onde hoje se encontra o Parque Realengo é adquirido e incorporado ao complexo fabril (Viana, 2016, p. 59). Delimitada pelas ruas Oliveira Braga (atual Prof. Carlos Wenceslau), Pedro Gomes, Gen. Sezefredo e Gen. Raposo, essa nova área perfaz 177.744 m², configurando-se o maior dos três imóveis. Abaixo (Figura 1), a localização e enumeração utilizada para identificar cada um deles²:

Figura 1. Imagem de satélite situando os três terrenos que compõem o patrimônio da Fábrica de Cartuchos



Fonte: Google Earth, 2025. Adaptado pela autora.

O ritmo acelerado de produção da Fábrica de Cartuchos acompanhou o processo de industrialização promovido pelo governo de Getúlio Vargas, momento em que a indústria bélica

² Essa identificação numérica consta nos documentos do processo de tombamento e se repete na bibliografia consultada. No entanto, nenhuma delas esclarece qual foi o critério utilizado para que a área original da fábrica recebesse a classificação de Área 2 em vez de Área 1.

PENSAR FORA DO EIXO

avança no território brasileiro de modo geral. Na década de 1970, contudo, a Fábrica do Realengo foi afetada por uma reestruturação conduzida pelo Ministério da Guerra, que passa a concentrar a produção de material de defesa em um único complexo industrial. Como resultado, oito indústrias bélicas foram fechadas e seus patrimônios transferidos para a recém-criada Indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL), instituída pela Lei nº 6.227, de 14 de julho de 1975. Nesse contexto, em 1977, a Fábrica de Cartuchos do Realengo, encerrando quase oito décadas de operação e inaugurando uma nova etapa: a transformação do complexo em vazio urbano (Sena, 2025, p. 49, 60; Viana, 2016).

A despeito da ociosidade visível que se tornara o complexo fabril, sua desativação não significou simples abandono passivo, mas redefiniu o regime de uso do solo: imóveis antes orientados por uma lógica produtiva, agora submetidos à lógica fundiária. Assim, ainda que fisicamente subutilizadas, as áreas passam a constituir ativo imobiliário estratégico. Do ponto de vista jurídico-administrativo, embora de propriedade da União, os três terrenos encontravam-se sob jurisdição do Exército, condição que lhe atribuía a administração e a competência para propor a sua destinação, inclusive para fins de alienação ou permuta. Em uma região que se adensava progressivamente, a permanência desses imóveis subutilizados passa a operar como reserva territorial, sobretudo diante do déficit histórico de áreas verdes e equipamentos de lazer no bairro (Agenda Realengo 2030, 2022; Sena, 2025; Viana, 2016)

É nesse enquadramento que a condição da área deve ser interpretada como produto histórico, e não como ausência. Ela resulta da territorialização militar (que concentrou terras e instituiu usos extensivos), somada à desativação industrial (que retirou a função produtiva) e à urbanização periférica intensiva (que elevou o valor de uma grande gleba livre em área central do bairro). Ao mesmo tempo, essa condição fundiária excepcional adquire dimensão simbólica: para movimentos locais, o terreno remanescente se tornará simultaneamente memória material do trabalho e da história do bairro, possibilidade de reparação socioambiental (diante do calor e da escassez de arborização discutidos na introdução) e promessa de reequilíbrio urbano em uma periferia historicamente subdotada de equipamentos públicos (Agenda Realengo 2030, 2022).

Com o passar dos anos, se acentuam as marcas do abandono impressas pelo tempo no complexo fabril desativado. No grande terreno que abrigaria o futuro parque, os muros se impregnam de poeira erguida pelo trânsito intenso de veículos; as calçadas ao redor, sem conservação, passam a ser utilizadas como estacionamento informal, afundando sob o peso dos carros. Ao longo das quase

três décadas de abandono, as edificações foram tomadas pelo mato, utilizadas para descarte irregular de lixo, sofreram roubo de grades, portas, fiações, encanamentos, telhas e madeiramento (Viana, 2016, p. 65). Ao mesmo tempo, esses imóveis vão ganhando distinção à medida que se consolida a urbanização do seu entorno, como testemunham Andrade (2023) e os irmãos Cardoso (Cardoso, Leandro, 2023; Cardoso, Leônidas, 2023),

3. A DISPUTA PELO DESTINO DA ANTIGA FÁBRICA

A primeira materialização dessa lógica de destinação privada ocorre em 1983, seis anos após o desmonte do complexo fabril, quando um de seus imóveis passa por uma mudança significativa. A Área 2, mais antiga, onde Dom Pedro II havia lançado a pedra fundamental para a construção da fábrica, tem suas antigas construções demolidas para dar lugar a um condomínio residencial empreendido pela Fundação Habitacional do Exército (FHE), situado na atual avenida Santa Cruz, nº 833. Denominado Condomínio Parque Real, o empreendimento é constituído por 432 unidades habitacionais, distribuídas em 6 blocos (Andrade, 2023; Sena, 2025; Viana, 2016).

A Fundação Habitacional do Exército tem um importante papel na história dos conflitos em torno da área do Parque Realengo. Vinculada ao Exército Brasileiro, ela é responsável por gerir a Associação de Poupança e Empréstimo, conhecida como POUPEX. Tanto a FHE quanto a POUPEX foram criadas no período do Regime Militar, por meio da Lei 6.855, de 18 de novembro de 1980 (Brasil, 1980). O estatuto próprio da POUPEX esclarece que seu objetivo é facilitar a aquisição da casa própria pelos seus associados, o que inclui a possibilidade de promover empreendimentos por meio de financiamento imobiliário, desde que a operação priorize os associados da entidade (Associação de Poupança e Empréstimo POUPEX, 2023). A criação da FHE e da POUPEX, em 1980, e os dispositivos legais que autorizam doação e alienação de imóveis sob jurisdição do Ministério do Exército reforçam institucionalmente essa diretriz, abrindo caminho para que terras antes justificadas por “necessidades estratégicas” passem a ser disputadas por lógicas de habitação corporativa e valorização patrimonial fundiária.

Por terem sob sua jurisdição as Áreas 1 e 3 da Fábrica de Realengo, localizadas no coração do bairro, Leônidas Cardoso (Cardoso, 2023), em entrevista à autora, relembra que a população se preocupava com a evidente intenção das Forças Armadas em comercializá-las via empreendimentos imobiliários, como fez com a Área 1. No entanto, ele e os demais moradores vislumbravam nessas áreas o potencial que tinham para se tornarem equipamentos ou espaços públicos a serviço da comunidade, de modo que servissem para promover o desenvolvimento

humano e a qualidade de vida no bairro. Uma das críticas de Leônidas é que, apesar das instalações militares terem incentivado o desenvolvimento econômico da região, esse desenvolvimento se deu de modo praticamente involuntário, sem haver de fato interesse explícito da instituição em investir de modo mais efetivo e consciente na qualidade do bairro e na melhoria da vida da comunidade, dos civis que não estavam incluídos no universo militar.

3.1. Movimento Pró-Escola Técnica Federal

Em relação aos imóveis abandonados da Fábrica de Realengo, havia um especial interesse da comunidade em se implementar uma escola técnica federal voltada para o ensino secundário. Em junho de 1991, o Ministério da Educação anunciava a retomada de um programa iniciado em 1930 pelo então presidente Getúlio Vargas para a construção de escolas técnicas em diversas cidades brasileiras. No caso da instalação de uma unidade no Realengo, além de suprir o preocupante déficit de vagas na zona oeste para o ensino de segundo grau, a intenção era também oferecer formação profissional e oportunidades de um futuro melhor para os jovens do subúrbio carioca. Tal reivindicação se materializou no Movimento Pró-Escola Técnica Federal na Zona Oeste/Realengo que, dentre outras ações, promovia reuniões e palestras sobre os cursos oferecidos pela instituição para ganhar o apoio da população local (Andrade, 2023). Inclusive, em maio de 1992, o Movimento convoca um protesto no bairro, endereçado ao Exército, reivindicando a utilização da área para uso educacional (Andrade, 2023; Rio de Janeiro, 1992)

Três meses depois, em agosto de 1992, o Movimento Pró-Escola Técnica Federal na Zona Oeste/Realengo juntamente com a Associação de Moradores dos bairros Cacau, Sulacap, Capelinha, Frei Miguel, Jardim Novo Realengo, Bernardo de Vasconcelos, Coronel Forte e Adjacências, envia um ofício ao então prefeito Marcello Alencar. O documento menciona a preocupação com um ofício emitido pelo Ministério do Exército manifestando seu interesse em vender ou permutar as áreas 1 e 3 da Fábrica de Realengo e também argumenta que uma delas já estava sendo pleiteada pela associação de moradores para a instalação da Escola Técnica Federal, que ofereceria cursos técnicos profissionalizantes, buscando principalmente atender alunos oriundos da rede municipal de ensino. Por fim, o movimento solicita ao prefeito não apenas a suspensão imediata de qualquer possível transação imobiliária, mas também a compra, permuta ou intermediação junto ao Ministério do Exército para a liberação das áreas ao Ministério da Educação (Rio de Janeiro, 1992).

Essa mobilização de diversas associações de moradores da região oeste, que se soma ao Movimento Pró-Escola Técnica Federal, não surge de forma episódica e nem se restringe a uma resposta circunstancial à disponibilidade fundiária da antiga fábrica. Ela é fruto de um processo mais amplo, no contexto da redemocratização brasileira, quando se observa um aumento na organização dos moradores em associações de bairro, passando a se consolidar como instâncias legítimas de reivindicação por direitos urbanos. Em Realengo, o fortalecimento das associações de moradores resultou em ações mais estratégicas, alinhadas à construção de uma pauta territorial comum voltada à melhoria das condições de vida e à ampliação do acesso a infraestrutura básica, como saneamento, habitação, equipamentos de saúde, educação e lazer, entendidos como dimensões constitutivas do desenvolvimento humano no bairro (Andrade, 2023; Telles, 2023, p. 22). Neste contexto, a demanda por instituições de ensino e capacitação profissional era vista como estruturante, pois articulava inclusão social e permanência qualificada no próprio bairro.

3.2. O tombamento da Fábrica de Cartuchos

Dando continuidade ao conjunto de ações focadas a impedir qualquer transação imobiliária nos imóveis reivindicados, o Movimento Pró-Escola Técnica Federal na Zona Oeste abre mais uma frente de combate: solicita formalmente ao Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural da Cidade do Rio de Janeiro pedido de tombamento das áreas 1 e 3, um anseio que já havia sido registrado no I Fórum Cultural da Zona Oeste, realizado no ano de 1991:

[...] face às reivindicações no I Fórum Cultural da Zona Oeste realizado em 1991, bem como para atender aos anseios das Associações dos moradores da Região quanto à cessão das áreas para o Ministério da Educação a fim de construir-se a Escola Técnica Federal da Zona Oeste, conforme documentos em anexo, solicitamos em caráter de urgência, que Vossa Excelência mande providenciar o Tombamento da Fábrica uma vez que o Ministério do Exército colocou-a em processo de licitação para venda. (Rio de Janeiro, 1992)

A solicitação de tombamento tinha caráter de urgência e a justificativa era clara: já havia um processo de licitação aberto pelo Ministério do Exército para a venda ou permuta dos imóveis. O tombamento aparece, nesse momento, como estratégia de contenção imediata da alienação do bem, acionando o aparato institucional da preservação como instrumento de suspensão da negociação em curso. A Diretoria do então Departamento Geral de Patrimônio Cultural solicita a abertura de processo e a elaboração de ficha cadastral e histórica, iniciando a tramitação administrativa que culminaria, dois meses depois, na edição do Decreto nº 11.502, que determina o tombamento provisório das Áreas 1 e 3 (Andrade, 2023; Rio de Janeiro, 1992).

PENSAR FORA DO EIXO

O relatório técnico que instruiu o processo, ainda que sintético, deu lastro à reivindicação. Com base em vistoria externa, já que não houve acesso ao interior dos imóveis, registrou-se a presença de edificações remanescentes do complexo fabril, elementos construtivos como a chaminé em tijolo aparente e o contraste entre as estruturas industriais. Também procurou registrar uma certa beleza no lote tomado espontaneamente pela vegetação, “o que transforma o conjunto num interessante e inusitado contraste entre as ‘caixas destampadas’ das edificações e a natureza que as preenche” (Rio de Janeiro, 1992, p. 119). Além de manifestar-se favoravelmente ao tombamento, o parecer reconhece a pertinência da implantação de uma escola técnica no local e explicita uma crítica ao abandono da área e à inércia do poder público na preservação do conjunto:

A vessas às intempéries e ao descaso das autoridades, as paredes dos prédios que compuseram a Fábrica de Cartuchos de Realengo sobrevivem ao tempo como registros, memória, resquícios de sua época.

Num país em que o desperdício é a tônica, referendado pela inércia administrativa, não causa espanto o abandono de tão vasta área e patrimônio. Tentativas de reversão desta corrente insana, ainda mais se motivadas por intenções educacionais, devem, salvo melhor juízo, ser incentivadas. Parece-nos o caso em apreciação, ou seja, o da implantação de uma Escola Técnica Federal de Química, que no pedido inicial surge apresentada, amparada e louvada pelo parecer de diversas autoridades das esferas municipal, estadual e federal. (Rio de Janeiro, 1992, p. 125–126)

Observa-se no texto do parecer que o uso educacional não é visto como elemento contraditório à preservação, mas como estratégia de ativação do bem tombado. Portanto, defende-se não apenas o tombamento, mas a articulação entre preservação e função social, buscando conferir um sentido contemporâneo ao bem e fortalecendo sua justificativa pública.

O ato provisório, contudo, tensionou de imediato as relações com o Exército: além de alegar que as áreas estavam vinculadas a um plano de reestruturação que previa permutas para viabilizar a transferência de unidades militares, o Comando da 1ª Região Militar solicita ao Procurador da Fazenda Nacional/RJ a anulação do tombamento municipal, argumentando que seria necessário tomar providências a fim de preservar o interesse da União Federal (Rio de Janeiro, 1992).

Neste contexto de pressão institucional, uma nova vistoria é feita nas áreas, agora com a arquiteta do Departamento Técnico da Procuradoria Geral do Município, acompanhada por um tenente do Exército. Por fim, a arquiteta registra a conclusão que segundo ela, foi tirada em conjunto com o arquiteto da Secretaria Municipal de Cultura, responsável pelo estudo preliminar e análise técnica constantes no processo de tombamento:

PENSAR FORA DO EIXO

A Área 1, por sua tipologia estilística, volumetria e implantação constituem um marco visual e afetivo importante para os habitantes da área.

A Área 3 não tem o mesmo valor histórico, pois as edificações foram construídas em épocas posteriores e estão em condições muito precárias, não constituindo marco visual. (Rio de Janeiro, 1992)

Seguindo o processo, a Lei nº 1.962 de 4 de maio de 1993 transforma o tombamento em definitivo, mas o texto deixa imprecisos os limites da proteção e a identificação exata dos bens abrangidos:

Art. 1º - Fica tombado, por seu valor histórico e arquitetônico, o prédio da Fábrica de Cartuchos do Exército, localizada nas ruas Bernardo de Vasconcelos, Oliveira Braga e Avenida Santa Cruz, em Realengo, e os bens de seu entorno que integrem o mesmo conjunto arquitetônico e paisagístico. (Rio de Janeiro, 1993)

Documentos que constam no relatório do tombamento revelam que essa falta de objetividade se tornou motivo de dúvidas e discussões sobre quais edificações integravam o “conjunto arquitetônico e paisagístico”. No âmbito da Procuradoria Geral do Município, em especial, de servidores de carreira a chefia, multiplicaram-se manifestações com diferentes interpretações (Rio de Janeiro, 1992).

A Diretoria do Departamento Técnico sustentava que, embora a lei não mencionasse expressamente as Áreas 1 e 3, a indicação das vias que as delimitavam implicariam a inclusão de ambas no tombamento definitivo. Já um opinamento jurídico emitido pela Procuradora do Município interpretava como irregularidade não apenas a imprecisão na identificação dos bens a serem protegidos, mas a possível inclusão de “área sem valor histórico-cultural específico”. Em manifestação diversa, o Procurador Assistente manifestou um entendimento de que o tombamento da Área 3 poderia se justificar pelo valor histórico, ainda que não estritamente arquitetônico, defendendo não haver necessidade de reparos na Lei 1.962/93. (Rio de Janeiro, 1992, p. 23–30)

Encaminhado o processo ao Conselho e ao Departamento Geral de Patrimônio Cultural, a tentativa de esclarecimento técnico não produziu resultados imediatos. Protocolado em novembro de 1993, o ofício teve sua resposta apenas em fevereiro de 1995, justificando que “não foi possível atender à solicitação, uma vez que não foi possível o acesso às áreas” (Rio de Janeiro, 1992, p. 34). E diante da ausência do órgão de preservação, o próprio prefeito decide resolver o impasse, elaborando o Decreto nº 13.679 de 15 de fevereiro de 1995, que resolve:

Art. 1º Fica tombado o corpo central do Prédio da Fábrica de Cartuchos do Exército, em Realengo, na Rua Bernardo de Vasconcelos nº 941, assim como o segmento fronteiro do Campo de Marte necessário à fruição visual da construção tombada. (Rio de Janeiro, 1995)

PENSAR FORA DO EIXO

Deste modo, os imóveis e seu conjunto de edificações que faziam parte do complexo da Fábrica de Cartuchos, são reduzidos a um único edifício, o principal deles. Todo o restante das áreas e edificações, sobretudo a Área 3 são, por fim, destombados.

A distinção estabelecida entre a Área 1, reconhecida como “marco visual e afetivo”, e a Área 3, desqualificada pelo estado precário das edificações e por não apresentar o mesmo valor histórico-estilístico, revela uma leitura ancorada na “ortodoxia do patrimônio”, em detrimento das dimensões sociais e produtivas do bem. Ainda que o art. 216 da Constituição Federal de 1988 tivesse ampliado o conceito de patrimônio cultural para abarcar bens de natureza material e imaterial, vinculados à memória e à identidade dos grupos formadores da sociedade brasileira, a análise técnica permaneceu restrita a atributos formais e estéticos, num procedimento que, à época, estava longe de ser excepcional: a prática institucional reiterava a centralidade do valor arquitetônico como critério decisivo de consagração.

Com isso, foram ignoradas a história dos trabalhadores, majoritariamente civis, que deram vida ao complexo, a memória dos processos produtivos que dependiam da articulação entre os diferentes setores da fábrica e os próprios remanescentes dispersos como componentes de uma paisagem industrial, mas também urbana, capaz de condensar no espaço temporalidades diversas. Ao privilegiar o edifício principal como portador exclusivo de valor, a análise reduziu o complexo fabril a um objeto isolado, esvaziando sua dimensão territorial e apagando camadas fundamentais da história urbana de Realengo.

Apesar da derrota na arena do patrimônio cultural para a proteção da totalidade das áreas pertencentes ao antigo complexo fabril, o início do século XXI marca importantes conquistas do Movimento Pró-Escola Técnica na Zona Oeste. Em 2004 é inaugurado o tradicional Colégio Pedro II³, instalado nas edificações pertencentes à Área 1, após serem restauradas – incluindo o “corpo central do Prédio da Fábrica de Cartuchos”, objeto único do tombamento, e onde hoje funciona a biblioteca da instituição. Poucos anos depois, em 2009, é inaugurada a unidade Realengo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, construída em uma parcela da Área 3, ocupando uma área de 22.000 m² dos seus 142.000 m² (Instituto Federal do Rio de Janeiro, 2019; Viana, 2016, p. 66). A vitória do movimento produziu um importante efeito: demonstrar que era possível mobilizar poder público e sociedade para reimaginar usos coletivos para um espaço há

³ O Colégio Pedro II data de 1837 e é considerada atualmente a maior escola de Educação Básica da América Latina.

décadas negligenciado. Isso fez com que os moradores mantivessem seu foco no restante da Área 3, vislumbrando seu potencial para se transformar numa área de fruição pública. Assim, o terreno cercado por muros torna-se o novo horizonte de luta (M. Andrade, 2024; R. Andrade, 2023; Sena, 2025).

4. DAS MOBILIZAÇÕES À CRIAÇÃO DO PARQUE

4.1. Movimento Parque Realengo Verde

A transição entre a pauta educacional e a ambiental ocorreu dentro de espaços de articulação comunitária já estabelecidos e que estão intrinsecamente ligados à atuação das paróquias católicas da região, que funcionaram como importantes polos de articulação e escuta ativa da comunidade. Assim como o Movimento Pró-Escola Técnica teve início na Igreja de São José Operário, o movimento em prol do parque surgiu a partir de uma iniciativa da Pastoral do Meio Ambiente da Igreja do Divino Espírito Santo, que foi diretamente influenciada pelo êxito na implementação das instituições de ensino (Sena, 2025, p. 70).

A ideia de se implementar um parque em Realengo surgiu a partir de um questionário elaborado pela Pastoral do Meio Ambiente aos moradores da região, cujo resultado revelava que 75% da população considerava a falta de áreas de lazer como a maior carência local. A partir da identificação desta demanda, a Pastoral busca o apoio de uma terceira instituição, a paróquia Nossa Senhora da Conceição, consolidando assim o alicerce religioso e comunitário que dali em diante lutaria pela criação do parque (Sena, 2025, p. 70–71).

Um ano após sua inauguração, o IFRJ sedia uma reunião que conta com a participação das pastorais, da comunidade e da própria instituição, ocasião em que se decide que a Área 3 seria o espaço pleiteado para a concretização do almejado equipamento público de lazer - um terreno de grandes dimensões, ainda ocioso e repleto de árvores. Além da função recreativa, os participantes acordam que o projeto deveria ser um parque ecológico, visando mitigar o calor excessivo e as enchentes no bairro, e que, diferente do que havia acontecido na implantação do campus Realengo do IFRJ, este projeto deveria evitar a erradicação das árvores existentes no terreno. Deste modo, a iniciativa é batizada de "Parque de Realengo Verde" (Sena, 2025).

Assim, se a Igreja de São José Operário, via Movimento Pró-Escola, inaugura a discussão sobre o destino dos terrenos da antiga Fábrica de Cartuchos, a Igreja do Divino Espírito Santo, via Pastoral

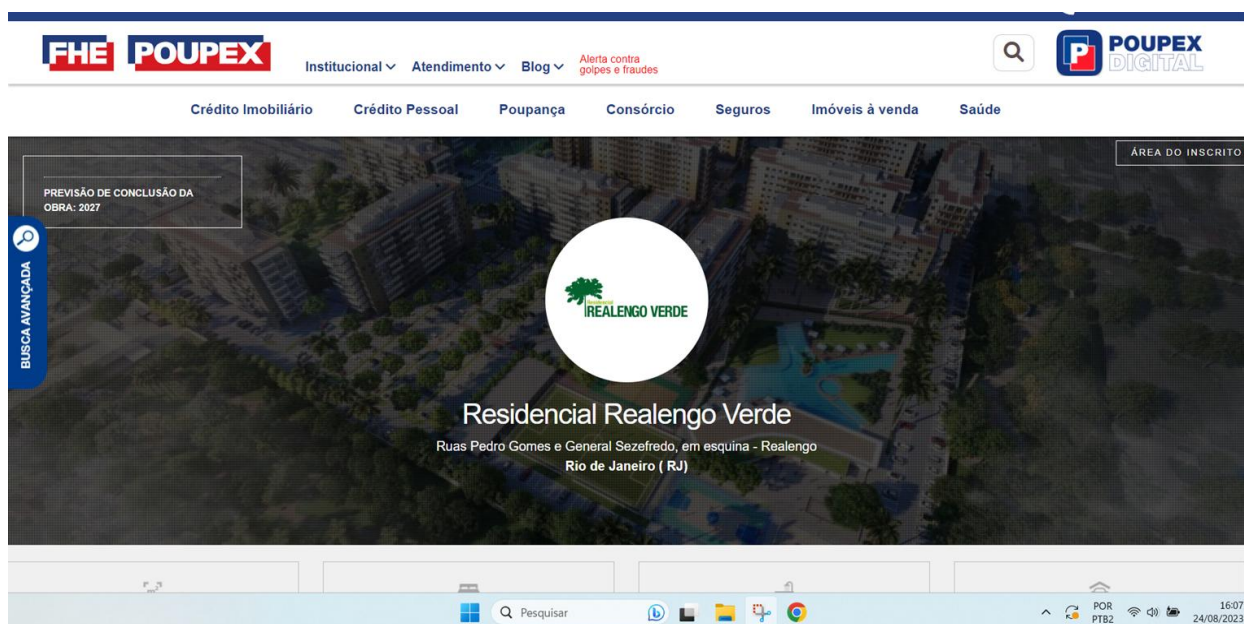
PENSAR FORA DO EIXO

do Meio Ambiente, com a colaboração das demais, consolida o entendimento de que uma delas deveria ser utilizada para enfrentar diretamente a carência de espaços de lazer e a baixa qualidade ambiental da região, buscando uma qualificação em escala territorial.

Se as décadas de inatividade causaram uma significativa degradação passiva da área, os anos 2000 incrementam esse estado promovendo uma degradação ativa com anuência do poder público. Entre o longo período de 2009 a 2016, a prefeitura do Rio de Janeiro, na gestão Eduardo Paes, autoriza a empresa Foz Águas 5 a utilizar a Área 3 para descarte temporário de dejetos e entulho gerado pelas suas obras que estavam sendo realizadas na rede de esgoto da região - prática denominada como "bota-espera" (Agenda Realengo 2030, 2022; Andrade, 2023; Sena, 2025). Ainda que denúncias da comunidade tenham sido protocoladas à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, as fontes consultadas não informam se resultaram em alguma punição ou efeito prático. Mas o contexto sugere que a ação não foi prontamente paralisada, evidenciando a priorização de interesses privados por parte do poder público e o descaso pela função social da terra e pela reivindicação popular pela criação de um parque ecológico (Andrade, 2024; Mihessen, 2021)

Enquanto acumulavam-se montes de lixo entre os muros da antiga fábrica, um segundo episódio, iniciado em 2014, torna ainda mais distante a transformação da área em parque ecológico. Além da União realizar uma permuta do terreno com a Fundação Habitacional do Exército (FHE/Poupex) por um valor considerado irrisório em relação ao praticado pelo mercado imobiliário, essa transação tinha como objetivo construir ali um condomínio residencial para militares, apropriando-se inclusive da nomenclatura da luta ao nomear o projeto de "Residencial Realengo Verde" (Sena, 2025, p. 73–74).

Figura 2. Print de tela da divulgação do Residencial Realengo Verde, não mais disponível no site da FHE/POUPEX.



Fonte: FHE, 2021.

Para fazer frente a essa demanda, as estratégias de atuação do movimento precisaram entrar em confronto direto com os interesses fundiários e militares. Em 2018, durante uma audiência pública na Universidade Castelo Branco promovida pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), foi apresentada aos moradores uma proposta conciliatória: o terreno seria dividido, destinando 50% para a construção do condomínio militar e os 50% restantes para um parque incrustado entre os prédios. Os ativistas repudiaram a ideia de um "parque entre prédios", realizaram uma votação no local e decidiram que a exigência seria a integralidade do terreno, alterando o nome do coletivo para "Movimento 100% Parque de Realengo Verde" (Sena, 2025).

Em consonância com a proposta conciliatória (mas refutada pelo movimento), a FHE/Poupex manteve, até pelo menos 2023, a divulgação em seu site do empreendimento implantado em parte da Área 3, conforme as imagens abaixo:

PENSAR FORA DO EIXO

Figura 3. Implantação do Residencial Realengo Verde no terreno



Fonte: FHE, 2021.

Figura 4. Ilustração em perspectiva do Residencial Realengo Verde.



Fonte: FHE, 2021.

De acordo com as informações antes disponíveis no site, o empreendimento seria constituído de 15 edifícios de 8 pavimentos, com 97 unidades habitacionais em cada um deles, perfazendo um total de 1.455 apartamentos.

4.2. Ocupação Parquinho Verde

Para além dos embates na arena política e institucional, foi em uma inédita ação cultural incidida direta e concretamente na área reivindicada que o movimento 100% Parque de Realengo Verde ganhou capilaridade. A aproximação com a Associação Grupo Cultural Lata Doida introduziu a arte como ferramenta de comunicação e resistência. Em 2019, através de um edital da Casa Fluminense, em articulação com coletivos e moradores, o Lata Doida promoveu o Parquinho Verde, uma ocupação artística e ambiental que promoveu intervenções em uma faixa de terra lateral do terreno da fábrica, situada fora dos seus muros, portanto de livre acesso, mas utilizada como depósito de lixo e entulho. A ideia foi transformá-la em um polo de resistência, sinalizando a possibilidade e o desejo de transformar também a totalidade da área (Andrade, 2024; Sena, 2025).

Após a realização de mutirões para a limpeza do terreno, para combater a aridez urbana, ativistas e moradores realizaram o plantio de mais de 100 árvores, incluindo diversas espécies frutíferas, além da instalação de composteira e hortas comunitárias. Para promover o lazer e a socialização, a área recebeu churrasqueira, chuveiro e equipamentos para o parquinho infantil. Intervenções culturais e artísticas foram uma das principais ferramentas para preservar e ressignificar a memória local. Uma delas foi a Geloteca, uma geladeira convertida em biblioteca que homenageava uma moradora muito popular e querida da favela Santo Antônio, situada em Realengo, e falecida durante a ocupação. Outra intervenção marcante foi a escultura sonora Chumbo Trocado, um canhão construído com materiais reaproveitados que emitia música em vez de balas, apontado para o muro da fábrica (Festival Avante Parquinho Verde, 2020; Sena, 2025). Ao transformar vestígios da cultura bélica em expressão artística, a intervenção ressignifica a história militar do bairro e converte o espaço em um lugar de elaboração da memória local.

Em complementariedade aos demais movimentos, mas diferente deles, o Parquinho Verde mobilizou a cultura e a arte como ferramentas para engajar a comunidade e falar de política de forma acessível. Os artistas que mostravam seus trabalhos, as oficinas abertas à comunidade, o contato com a natureza, a fruta colhida do pé, a horta cultivada, as possibilidades de lazer e de encontros despertavam curiosidade e atraíam crianças, idosos, artistas, intelectuais, militantes, pessoas com diversos perfis, o que agregou força e visibilidade midiática à luta. A iniciativa também

deu materialidade a ela, pois o Parquinho Verde funcionava como um laboratório, um ensaio prático do que a comunidade desejava para o parque maior. E por se tratar de um trabalho coletivo e político, não se construía apenas uma proposta para o parque, mas uma maneira de se pensar o território (Sena, 2025, p. 79). Deste modo, o Parquinho Verde foi também “um ensaio do que se deseja para a cidade, uma cidade sensível, uma cidade humana, uma cidade mais justa”, como descreve Marcelle Oliveira, integrante do Lata Doida (Parque de Realengo Verde, 2021).

4.3. Agenda Realengo 2030

No período mais recente, a mobilização em torno do Parque Realengo passou a incorporar também uma dimensão propositiva, voltada à formulação de um projeto de desenvolvimento territorial para o bairro, que resultou na Agenda Realengo 2030, lançada em 2022. Diferentemente das iniciativas anteriores, o documento se apresenta como um esforço de sistematização das demandas construídas ao longo dessa trajetória de luta e que impulsionam uma luta mais ampla:

Na escolha dos eixos e no detalhamento de propostas [da Agenda 2030] consideramos os atravessamentos que a luta pelo Parque Realengo Verde nos apresentou e tentamos, de forma pública, reunir pessoas, ideias e ideais para ampliar oportunidades de emprego, estudo e moradia aplicando as justiça de gênero, raça, socioambiental e econômica. (Agenda Realengo 2030, 2022, p. 6)

Nesse sentido, a elaboração da Agenda desloca parcialmente o eixo da mobilização. Sem abandonar o caráter reivindicatório, ela passa a organizar um conjunto de diagnósticos e propostas capazes de orientar o debate público sobre o futuro de Realengo.

O documento foi elaborado coletivamente por movimentos sociais, coletivos culturais e organizações atuantes no bairro, reunindo diagnósticos territoriais e um conjunto de propostas estruturadas em cinco eixos: justiça socioambiental, habitação, qualidade de vida, participação social e cultura e territorialidade. Diferentemente de um plano formal de planejamento urbano, a Agenda se propõe a funcionar como instrumento político mobilizado para fortalecer e qualificar a interlocução entre sociedade civil e poder público, dar visibilidade às prioridades formuladas a partir da própria comunidade e, assim, influenciar políticas públicas para o bairro.

Nesse contexto, a implementação do Parque de Realengo 100% Verde aparece como proposta prioritária do Eixo Justiça Socioambiental, articulando a disputa pelo antigo terreno da fábrica a questões mais amplas relacionadas à justiça climática e à qualidade de vida urbana:

PENSAR FORA DO EIXO

Em um momento de emergência climática, onde é visível a necessidade de uma mudança na estrutura de planejamento da cidade, o eixo de justiça socioambiental encabeça a Agenda Realengo 2030 com uma missão crucial: transformar o último terreno plano ainda arborizado em um parque. (Agenda Realengo 2030, 2022)

Ao associar a criação do parque ao enfrentamento das ilhas de calor, à ampliação da arborização e à criação de espaços de convivência, cultura e educação ambiental, o documento evidencia que a disputa pela área não se limita à preservação de um espaço específico. Ela passa a integrar uma visão mais ampla de transformação urbana, na qual o parque é compreendido como elemento central para melhorar as condições ambientais e ampliar os espaços públicos em uma região densamente urbanizada da zona oeste carioca.

5. O PARQUE INAUGURADO E SEUS EFEITOS TERRITORIAIS

5.1. Conquistas e contradições da obra executada

A inauguração do Parque Realengo Jornalista Susana Napolini, em 15 de junho de 2024, representa o ápice e, simultaneamente, o paradoxo da trajetória de luta pela sua criação. Por um lado, a abertura dos portões após quase 50 anos de isolamento é uma vitória incontestável da mobilização popular, pois sem o movimento, o destino da Área 3 seria um condomínio privado na totalidade do terreno. Por outro lado, são encontradas diversas e contundentes críticas sobre o seu projeto e execução.

A gestão municipal de Eduardo Paes, ao iniciar a obra, ignorou o Parquinho Verde promovendo sua demolição de forma abrupta. Apesar de estarem cientes sobre a necessidade de desmontá-lo, os integrantes do movimento esperavam que houvesse alguma comunicação prévia por parte da prefeitura para que pudessem desocupar o local de forma organizada. Afinal, além de terem revitalizado uma área degradada, sua finalidade era justamente fortalecer o movimento a favor da construção do futuro parque. As árvores plantadas durante a ocupação foram erradicadas e não houve diálogo para avaliar a possibilidade de incorporar algum elemento do Parquinho Verde no projeto oficial, como a Geloteca ou a escultura sonora Chumbo Trocado. A operação, que ocorreu numa manhã de dezembro de 2022, pegou todos de surpresa e forçou o grupo a retirar às pressas suas instalações (Sena, 2025, p. 84–85). Não sobrou qualquer vestígio que tornasse possível conectar a ocupação cultural ao imponente parque que viria a ser construído.

Em entrevista concedida a Sena (2025, p. 124–125), integrantes do movimento manifestaram insatisfação com o apagamento da história promovido pela obra, como o corte de árvores adultas

PENSAR FORA DO EIXO

que testemunharam a fábrica em plena produção - e que provavelmente ofereceram sombra a seus funcionários - e a demolição de quatro das cinco ruínas que haviam atravessado algumas décadas de abandono até chegarem ao momento presente. Essas perdas minaram a possibilidade de um parque que integrasse as construções remanescentes à natureza e que pudesse funcionar como um “museu a céu aberto”, conectando “passado, presente e futuro”, como cita um dos entrevistados.

Já as cinco torres metálicas, projetadas com jogos de luz e alturas variadas, e escolhidas para funcionar como marca do parque, são resultado de um pedido pessoal do prefeito Eduardo Paes, que queria trazer a proposta das “supertrees” do Gardens by the Bay, em Singapura, para dentro de Realengo, com a intenção de tornarem-se um marco visual para o bairro (ArchDaily Brasil, 2024). Tal escolha formal não pode ser lida como neutra, pois ela desloca o eixo narrativo do projeto da memória industrial e operária do território para uma estética globalizada de espetáculo urbano, tencionando monumentalidade importada e identidade local, desvinculando o parque de sua origem insurgente e transformando-o em um potencial produto de marketing eleitoral.

Em seu canal de comunicação nas redes sociais, o Lata Doida convoca a população a participar da inauguração do parque, celebrar a conquista, mas também a fazer uma análise crítica sobre o que foi executado. Com a provocação “O que está por trás das árvores de metal do Parque Realengo?”, a postagem do Lata Doida destaca, dentre diversos argumentos, o silenciamento da população local provocado pela destruição do Parquinho Verde, pela falta de participação popular no processo de elaboração do projeto e pelo nome oficial dado ao equipamento, “Susana Napolini” que, apesar da sua reconhecida trajetória profissional no jornalismo e nas causas ambientais, não tinha qualquer vínculo com o bairro e sua luta. A postagem questiona “Porque não é Parque Realengo Verde?” e também lamenta terem perdido a oportunidade de homenagear pessoas relevantes para o bairro (Lata Doida, 2024a, 2024b).

Depois de uma vitória sobre 50% da Área 3, os moradores continuaram mobilizados na reivindicação da segunda porção, cujo resultado veio pouco mais de um ano da inauguração do Parque Realengo. Em outubro de 2025, a Prefeitura do Rio anuncia a formalização da compra do terreno do Exército para a realização de duplicação das obras do Parque, que passará de 76.000 m² para 150.000 m² (Rio de Janeiro, 2025). Depois da primeira oportunidade perdida, espera-se que nesta segunda etapa da obra, a comunidade conquiste seu desejado Centro de Cultura e de Memória. Em postagem por meio do seu perfil no Instagram, a Plataforma Cultural da Zona Oeste

anuncia “Agora somos 100% Parque” e convoca a comunidade a se mobilizar “para que o sonho de ter um centro de memória se torne realidade” (Marginália, 2025).

5.2. A centralidade fora do eixo

A mobilização pelo Parque Realengo ensinou que sua concretização foi um ponto de chegada e, ao mesmo tempo, um impulso para as lutas permanentes que extrapolam os seus limites murados e avançam para o território maior. Em uma perspectiva concreta, matérias veiculadas na mídia e opiniões publicadas por ativistas revelam como o parque tem provocado transformações materiais e simbólicas em Realengo. As ativistas Távora e Baptista (2025) relembram que o Parque Realengo Verde (como preferem chamá-lo), nasceu do desejo de combater a especulação imobiliária e garantir maior dignidade e justiça climática aos moradores. E que isso é especialmente simbólico por se tratar de um bairro com desigualdades sociais e com desafios históricos onde o direito à cidade é frequentemente negado. Mihessen, morador de Realengo e coordenador da Casa Fluminense, instituição que esteve diretamente apoiando a criação do parque, fala sobre o significado dessa luta:

Falar do Parque é também falar das suas múltiplas possibilidades que se abrem. Trazer centralidade para os bairros periféricos, ter a noção de que aqui também é espaço de lazer, de cultura, espaço gerador de empregos e renda. O Parque trabalha todas essas perspectivas. (Nuru, 2024)

Távora e Baptista (2025) indicam que o parque trouxe benefícios percebidos pela população e vem se consolidando como referência de lazer e convivência na região. Em questionário aplicado pelas ativistas a 241 frequentadores, os moradores destacam a transformação que o novo equipamento trouxe ao cotidiano do bairro, historicamente marcado pela escassez de áreas verdes e espaços de lazer. Em um podcast sobre o assunto, Nascimento (Parque de Realengo Verde, 2021) observa que, na periferia, a população frequentemente “naturaliza a distância, a falta de direito ao lazer e o acesso limitado a equipamentos públicos”, aceitando essas privações de forma abstrata e concreta em sua identidade. Mas que o movimento tem atuado para desnaturalizar essa opressão, mostrando à população local, inclusive às crianças, que a precariedade não é um destino imutável e que eles têm direito à cidade e a equipamentos públicos de qualidade sem precisarem sair do seu bairro.

Ainda, paralelamente aos benefícios ambientais e na busca pela mitigação dos impactos do clima em Realengo, o parque passou a desempenhar a função de “terceiro lugar”, isto é, um espaço que não corresponde nem à casa (primeiro lugar) nem ao trabalho (segundo lugar), e que por isso “são

fundamentais para o convívio social, a criação de laços comunitários e o fortalecimento do senso de pertencimento” (Távora; Baptista, 2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória analisada neste artigo revela que a criação do Parque Realengo não resulta de um processo linear de conquista, mas de uma disputa prolongada marcada por avanços, impasses e derrotas parciais. Ao longo de décadas, a mobilização social enfrentou diferentes formas de resistência institucional e interesses fundiários que buscavam destinar as áreas da antiga fábrica a empreendimentos privados ou a usos alheios às demandas locais. Mesmo quando algumas reivindicações foram atendidas — como a implantação das instituições de ensino e, posteriormente, a construção do parque —, ocorreram perdas significativas, como o destombamento de parte do complexo fabril, a destruição de ruínas e árvores históricas e o apagamento de iniciativas comunitárias como o Parquinho Verde no processo de implantação do equipamento urbano.

As diferenças e semelhanças entre os movimentos e iniciativas que construíram a trajetória de luta pelo parque - Pró-Escola Técnica, Parque de Realengo Verde, 100% Parque de Realengo Verde e Parquinho Verde - revelam o amadurecimento da luta urbana na Zona Oeste. Enquanto o primeiro tinha um caráter predominantemente educacional e voltado para a inserção profissional dos jovens, os movimentos subsequentes ampliaram a pauta para englobar a mitigação de problemas climáticos estruturais, o direito à cidade e o reconhecimento da história urbana de Realengo. Para além da oposição à lógica privatista e especulativa que as Forças Armadas e o Estado aplicam às terras públicas da região, o objetivo que unificou essas diversas frentes sempre foi a promoção do desenvolvimento humano no bairro, melhorando a qualidade de vida sem apagar a história de Realengo.

Nesse sentido, a trajetória do Parque Realengo evidencia que o embate pelo destino das áreas da antiga fábrica não se limitou à criação de um novo equipamento urbano. Ao mobilizar memória local, reivindicações ambientais e práticas culturais como instrumentos de ação política, os movimentos sociais produziram uma reinterpretação do território e afirmaram novas formas de protagonismo urbano na Zona Oeste. Mais do que converter um imóvel em parque, a mobilização contribuiu para engajar os moradores, que passaram não apenas a questionar, mas a deslocar as hierarquias tradicionais de produção do espaço urbano, onde a luta por uma área verde pode levar à luta pelo direito de intervir ativamente nos rumos do próprio território.

REFERÊNCIAS

AGENDA REALENGO 2030. **Agenda Realengo 2030: agenda de desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: Associação Casa Fluminense, 2022. Disponível em: <https://casafluminense.org.br/wp-content/uploads/2024/05/Agenda-Realengo-2030.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2026.

ALVES, Hélio de Mattos. Parque verde: um sonho possível. *In*: OLHANDO DO CAMPUS. 4 nov. 2015. Disponível em: <https://olhandodocampus.wordpress.com/2015/11/04/parque-verde-de-realengo-um-sonho-possivel/>. Acesso em: 1 mar. 2026.

ANDRADE, Rubens. **Entrevista concedida à autora**. Rio de Janeiro, 16 ago. 2023.

ANDRADE, Maxsuel Roberto. **Uso e apropriação do espaço residual urbano: o caso do Parquinho Verde Realengo**. 2024. 80 f. dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=69485@1. Acesso em: 2 mar. 2026.

ARCHDAILY BRASIL. **Parque Realengo Susana Naspolini / Ecomimesis Soluções Ecológicas**. [S. l.], 2024. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/1019057/parque-realengo-susana-naspolini-ecomimesis-solucoes-ecologicas>. Acesso em: 3 mar. 2026.

ASSOCIAÇÃO DE POUPANÇA E EMPRÉSTIMO POUPEX. **Legislação POUPEX**. [S. l.]: [s. d.], 2023. Estatuto. Disponível em: https://www.poupeex.com.br/wp-content/uploads/POUPEX/Estatuto_POUPEX.pdf. Acesso em: 25 ago. 2024.

BRASIL. **Lei nº 6.855, de 18 de novembro de 1980. Cria a Fundação Habitacional do Exército e dá outras providências**. 1980. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/l6855.htm. Acesso em: 25 fev. 2026.

BRASIL. MINISTÉRIO DA GUERRA. **Relatório apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo General de Brigada Francisco de Paula Argollo. Ministro de Estado dos Negócios da Guerra. Em Maio de 1897**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1897. v. 1896 Disponível em: <https://redememoria.bn.gov.br/redeMemoria/handle/20.500.12156.2/306188>. Acesso em: 7 mar. 2026.

BRASIL. MINISTÉRIO DA GUERRA. **Relatório apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo General de Divisão Vespasiano Gonçalves d'Albuquerque e Silva**. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1914. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 25 ago. 2024.

CARDOSO, Leandro. **Entrevista concedida à autora**. Rio de Janeiro, 18 ago. 2023.

CARDOSO, Leônidas. **Entrevista concedida à autora**. Rio de Janeiro, 18 ago. 2023.

FERNANDES, Nelson da Nóbrega. Os militares e o espaço do Rio de Janeiro: um programa de pesquisa em geografia urbana e geopolítica. **Scripta Nova - Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, Barcelona, v. X, n. 218, 2006. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-27.htm>.



PENSAR FORA DO EIXO

FESTIVAL AVANTE PARQUINHO VERDE. direção: Lata Doida. [S. l.]: [s. d.], 2020. (02:41). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ndvCTpvZI1Q>. Acesso em: 17 fev. 2026.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Campus Realengo completa 10 anos**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.ifrj.edu.br/campus-realengo-completa-10-anos>. Acesso em: 1 mar. 2026.

LATA DOIDA. O que está por trás das árvores de metal do Parque Realengo? *In*: PARQUINHO VERDE. 15 jul. 2024a. Disponível em: https://www.instagram.com/p/C8PuJl6pWW2/?img_index=1. Acesso em: 3 fev. 2026.

LATA DOIDA. Por que não é Parque Realengo Verde e não homenageia MC Magalhães? *In*: PARQUINHO VERDE. 20 nov. 2024b. Disponível em: https://www.instagram.com/p/DCmlbScJpbv/?img_index=1. Acesso em: 3 fev. 2026.

MARGINÁLIA. **Agora somos 100% parque**. [S. l.], 2025. Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/marginalia.zo/>. Acesso em: 4 mar. 2026.

MIHESSEN, Vitor. **Verão em Realengo**. Rio de Janeiro: Casa Fluminense, 2021. Disponível em: <https://casafluminense.org.br/verao-em-realengo/>. Acesso em: 15 fev. 2026.

NURU, Carín. **Verde perto: Parque Realengo é uma conquista da sociedade civil**. Rio de Janeiro: Casa Fluminense, 2024. Disponível em: <https://casafluminense.org.br/verde-perto-parque-realengo-e-uma-conquista-da-sociedade-civil/>.

PARQUE DE REALENGO VERDE. direção: Fabinho Fonseca. [S. l.]: [s. d.], 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=kmhknt73_ao. Acesso em: 16 fev. 2026.

RIO DE JANEIRO (MUNICÍPIO). **Decreto nº 13.679 de 15 de fevereiro de 1995. Tomba o bem que indica**. 16 fev. 1995. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/1995/1367/13679/decreto-n-13679-1995-tomba-o-bem-que-indica>. Acesso em: 30 ago. 2023.

RIO DE JANEIRO (MUNICÍPIO). **Lei nº 1.962, de 04 de maio de 1993. Tomba o prédio da Fábrica de Cartuchos do Exército e dá outras providências**. 6 maio 1993. Disponível em: <https://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/b24a2da5a077847c032564f4005d4bf2/9e0b1d35e354ae99032576ac007335b0?OpenDocument>.

RIO DE JANEIRO (MUNICÍPIO). **Pedido de tombamento das Áreas 1 e 3 da antiga Fábrica de Cartuchos do Exército, em Realengo**. Rio de Janeiro: Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH), 1992.

RIO DE JANEIRO (MUNICÍPIO). Prefeitura formaliza compra de terreno do Exército e vai duplicar o Parque Realengo Susana Napolini. *In*: PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. 18 out. 2025. Disponível em: <https://prefeitura.rio/infraestrutura/prefeitura-formaliza-compra-de-terreno-do-exercito-e-vai-duplicar-o-parque-realengo-susana-napolini/>. Acesso em: 4 mar. 2026.

SENA, Vanielle Bethania do Nascimento. **100% Parque de Realengo Verde: uma interseção entre movimento social, educação e memória coletiva**. 2025. 133 f. Dissertação (Mestrado em



PENSAR FORA DO EIXO

Educação, Cultura e Comunicação em Periferias) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/25342>.

TÁVORA, Fernanda; BAPTISTA, Juliana. **O Parque que mudou nossas vidas: A luta por Justiça Climática em Realengo**. [S. l.], 2025. Disponível em: <https://casafluminense.org.br/o-parque-que-mudou-nossas-vidas-a-luta-por-justica-climatica-em-realengo/>. Acesso em: 1 mar. 2026.

TELLES, Diana Venancio da Silva. **Parque Realengo Verde: análise de um conflito socioambiental no subúrbio do Rio de Janeiro**. 2023. 64 p. f. monografia de conclusão de curso (Graduação em Antropologia) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/34177>. Acesso em: 12 fev. 2026.

VIANA, Claudius Gomes de Aragão. A Fábrica de cartuchos do Realengo (1898-1977). **Revista Digital Simonsen**, Rio de Janeiro, 2016.

VIANA, Claudius Gomes de Aragão. **História, memória e patrimônio da Escola Militar do Realengo**. 2010. 176 f. dissertação (Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/00b31ddb-99ba-4906-ab33-6718693170f8/content>. Acesso em: 10 jun. 2024.

VIANA, Claudius Gomes de Aragão. Realengo e a Escola Militar: um estudo sobre memória e patrimônio urbano. **Mosaico**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 39–59, 2009.